



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP



237ª Sessão

Recurso nº 7045

Processo Susep nº 15414.005667/2011-75

RECORRENTE: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação com nove itens. Irresignação quanto às decisões *a quo* referentes aos itens 3, 5 e 8 da Representação. Item 3 – Realização de operações comerciais tendo como contraparte companhia ligada; Item 5 – Ausência de contabilização dos fatos contábeis provocados por decisões assembleares retificadores de aumentos de capital; e Item 8 – Mudança na área geográfica de atuação sem a prévia e expressa autorização da Susep do ato de reorganização, na data base de agosto de 2011. Recurso conhecido e desprovido.

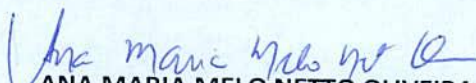
PENALIDADE ORIGINAL: Item 3 - Multa no valor de R\$ 17.000,00; Item 5 – Multa no valor de R\$ 12.000,00; e Item 8 – Multa no valor de R\$ 9.000,00.

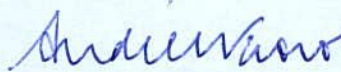
BASE NORMATIVA: Item 3 – Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c o inciso X do art. 9º da Resolução CNSP nº 226/2010; Item 5 – Art. 7º do anexo I da Circular Susep nº 424/2011 c/c a Resolução CFC nº 750/1993; e Item 8 – Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66, com a redação dada pela Lei Complementar nº 126/2007 c/c o inciso II do art. 10 do anexo da Resolução CNSP nº 166/2007.

ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 6107/17. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, negar provimento ao recurso da Companhia Mutual de Seguros – Em Liquidação Extrajudicial.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Thompson da Gama Moret Santos, Washington Luis Bezerra da Silva, André Leal Faoro e Dorival Alves de Sousa. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido. Presentes o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 26 de janeiro de 2017.


ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente


ANDRÉ LEAL FAORO
Relator



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.

Processo SUSEP nº 15414.005667/2011-75
Recurso ao CRSNSP nº 7045
Recorrente: Companhia Mutual de Seguros
Conselheiro Relator: André Leal Faoro

V O T O

Preliminarmente, cabe decidir sobre o recente pedido da Liquidante de suspensão do processo.

O art. 150 da Resolução CNSP nº 243/11 estabelece que os processos abertos antes da instauração do regime de liquidação extrajudicial devem prosseguir normalmente até o trânsito em julgado da decisão administrativa, ficando suspensa apenas a exequibilidade do eventual crédito constituído.

Deste modo, o processo deverá ter seu julgamento realizado.

O recurso trata apenas de três itens: os itens 3, 5 e 8.

No item 3, a infração apontada foi a celebração pela seguradora de contratos de prestação de serviços com as empresas Ozcorp Serviços Ltda. e Funchal Serviços e Negócios Ltda., que têm como sócio majoritário (95% e 99%) o mesmo acionista principal e controlador da seguradora.

O recurso argumenta que o inciso X do art. 9º da Resolução CNSP nº 226/10, considerado pela decisão como violado, refere-se a um conceito "inexistente em nosso ordenamento jurídico", qual seja o de empresa ligada. Segundo o recurso, o art. 243 da Lei de S/A fala em sociedade coligada, o que seria outra coisa.

O detalhe não é importante. O art. 9º da referida Resolução proíbe as seguradoras realizar operações comerciais, financeiras ou imobiliárias com empresas das quais participem administradores e acionistas, com participação acima de 5%. No caso, o acionista quase absoluto da recorrente era o Sr. Paulo Rogério Marchi, sócio majoritáriíssimo das duas empresas contratadas. Pouco importa se a empresa era ligada ou coligada. O fato é que o Sr. Marchi era o dono das três empresas.

Deve ser mantida, portanto, a condenação pela infração indicada no item 3.

No item 5, a infração apontada foi a ausência de contabilização de fatos contábeis provocados pela decisão assemblear de 14/07/2011 que ratificou dois aumentos de capital no montante de R\$2 milhões em recursos financeiros e de R\$5.300.000,00 em imóveis, propostos nas AGEs de 31/01/11 e 28/12/10, respectivamente.

Alega a recorrente não haver sentido em se falar em "ausência de contabilização", já que houve a recarga do FIP de julho no FIP de dezembro, este da mesma data da lavratura da representação. Essa recarga, aliás, foi considerada pela decisão recorrida para a concessão de atenuante.



Nas AGEs de 28/12/10 e de 31/01/11, foi decidido aumentar o capital de R\$23.602.479,00 para R\$30.913.479,00 mediante a incorporação do imóvel sede da empresa, avaliado por R\$5.311.000,00 e mais R\$2.000.000,00 em dinheiro.

Na AGE de 14/07/11, esse aumento de capital foi anulado, tendo sido alterado o art. 5º do Estatuto, para que o capital social (aumentado na AGE anterior) voltasse a ser de R\$23.602.479. No mesmo momento, foi decidido novo aumento, desta vez de R\$23.602.479,00 (que era o capital antes da AGE de 28/12/10) para R\$33.102.479,00, isso porque passou o imóvel a ser considerado como valendo R\$7.500.000,00.

Na verdade, a Assembleia é órgão soberano para decidir o que quiser. Em que pese o estranho sobe-desce do montante do capital social no período de seis meses, tudo isso deveria ter constado dos demonstrativos financeiros da empresa. A omissão representa uma grave infração.

Portanto, deve ser mantida a condenação com relação a esse item.

No item 8, a infração foi a mudança na área geográfica de atuação sem a prévia e expressa autorização da SUSEP do ato de reorganização, na data-base de agosto de 2011.

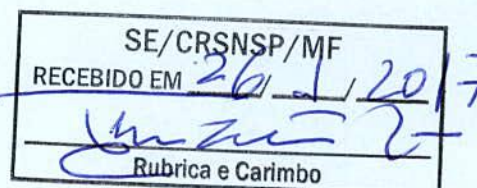
Pelo documento de fls. 264, que a recorrente estava autorizada a atuar na 5ª Região (GO, DF, TO, MT, MS) e 8ª Região (PR, SC, RS). A Fiscalização constatou que a seguradora operava em outros Estados situados em diferentes Regiões. Alegou a recorrente que haveria um mau enquadramento, uma vez que teria mudado sua área geográfica de atuação na AGE de 31/10/11.

A documentação de fls. 260/274 mostra que em agosto de 2011, antes, portanto, da AGE de 31/10/11, a seguradora já estava atuando em outros Estados, sem nenhuma autorização da SUSEP e sem ter destacado capital para atuar em outras regiões.

Também, com relação a este item, deve ser negado provimento ao recurso.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2017

André Leal Faoro
Conselheiro Relator



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.

Processo SUSEP nº 15414.005667/2011-75

Recurso ao CRSNSP nº 7045

Recorrente: Companhia Mutual de Seguros

Conselheiro Relator: André Leal Faoro

RELATÓRIO

Processo iniciado por representação que apontou 9 irregularidades, todas elas julgadas subsistentes.

A seguradora conformou-se com a decisão relativa a 6 dos itens, tendo providenciado o pagamento das multas impostas, beneficiando-se de redução do valor.

O recurso submetido a este Conselho diz respeito aos três itens restantes, a saber:

- item 3 – Realização de operações comerciais tendo como contraparte empresas a ela ligadas;

- item 5 – Ausência de contabilização de fatos contábeis provocados pela decisão assemblear de 14/07/2011 que ratificou dois aumentos de capital no montante de R\$2 milhões em recursos financeiros e de R\$5.300.000,00 em imóveis, propostos nas AGEs de 31/01/11 e 28/12/10, respectivamente;

- item 8 – Mudança na área geográfica de atuação sem a prévia e expressa autorização da SUSEP do ato de reorganização, na data-base de agosto de 2011.

O que ocorreu em relação ao item 3, foi a celebração pela seguradora de contratos de prestação de serviços com as empresas Ozcorp Serviços Ltda. e Funchal Serviços e Negócios Ltda., que têm como sócio majoritário (95% e 99%) o mesmo acionista principal e controlador da seguradora.

O recurso inquina de inválida a norma contida no art. 9º, X, da Resolução CNSP nº 226/2010 que se utiliza da expressão “empresa ligada”, que seria inexistente no ordenamento jurídico brasileiro.

No que se refere ao item 5, a recorrente que não tem sentido se falar em “ausência de contabilização”, já que houve a recarga do FIP de julho no FIP de dezembro, este da mesma data da lavratura da representação. Essa recarga, aliás, foi considerada pela decisão recorrida para a concessão de atenuante.


Quanto ao item 8, vê-se pelo documento de fls. 264, que a recorrente estava autorizada a atuar na 5ª Região (GO, DF, TO, MT, MS) e 8ª Região (PR, SC, RS). A Fiscalização constatou que a seguradora operava em outros Estados situados em diferentes Regiões. Alegou a recorrente que haveria um mau enquadramento, uma vez que teria mudado sua área geográfica de atuação na AGE de 31/10/11.

A Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em parecer de fls. 441/442, opinou pelo conhecimento, mas pelo não provimento do recurso.

Após a distribuição do processo a este Conselheiro como Relator, veio aos autos a petição de fls. 448/449, pela qual foi comunicado que, 05/11/15, foi decretada a liquidação extrajudicial da empresa, com o encerramento de sua atividade empresarial. Em consequência, foram resilidos todos os contratos, inclusive o mandato outorgado ao escritório de advocacia que vinha atuando em sua defesa. Nesse expediente, a Liquidante requereu a suspensão do processo, nos termos do art. 18 da Resolução nº 335/15.

É o relatório.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2016


André Leal Faoro
Conselheiro Relator

